

Lição 6: Se o *quod quid* pode ser demonstrado por demonstração ou definição

“b3. Para colocar de outra forma:— b7. Mas além disso, se a definição— b11. Além disso, sustentamos que— b18. Além disso, é evidente— b26. Visto que, portanto, definir— b28. Mas isso seria— b30. todos os conjuntos de palavras— b32. nenhuma demonstração pode provar— b35. Parece então

Após considerar cada uma das maneiras pelas quais algo poderia ser demonstrado e mostrar que nenhuma pode demonstrar o *quod quid*, o Filósofo agora mostra o que propõe através de razões comuns. Sobre isso, ele faz três coisas. Primeiro, estabelece algo que é necessário para provar o que propõe. Segundo, mostra o que propõe (957). Terceiro, resume o que foi afirmado (97b35).

Ele diz, portanto, primeiro (92b3) que não parece haver qualquer maneira possível para uma pessoa demonstrar que algum *quod quid* é homem: e isso porque quem conhece um *quod quid* de homem ou de qualquer outra coisa é obrigado a saber que a coisa existe. Pois, como não há quididade ou essência de um não-ser, é impossível conhecer o *quod quid* de algo que não é; mas pode-se conhecer o significado do nome ou ter uma noção composta de vários nomes. Assim, uma pessoa é capaz de conhecer o 'significado da palavra *tragélafo* ou *cervo-cabra*', porque significa um animal composto de cabra e cervo, mas é impossível conhecer o *quod quid* de um cervo-cabra, porque não existe tal coisa na natureza.

Então (92b7), a partir do que foi estabelecido, ele prossegue para provar o que propôs. A respeito disso, ele faz duas coisas. Primeiro, mostra que o *quod quid* não pode ser demonstrado por demonstração. Segundo, que não pode ser demonstrado por definição (9526).

Quanto ao primeiro, ele apresenta três razões, a primeira das quais (92b7) é a seguinte: assim como uma definição é apresentada para manifestar algo que é uno no sentido de que, a partir das partes da definição, forma-se algo que é uno *per se* e não uno *per accidens*, assim também uma demonstração que emprega uma definição como seu meio-termo deve demonstrar algo que é uno; pois a conclusão deve ser proporcional ao meio-termo. Consequentemente, é claro que não se pode, em virtude de uma mesma definição, demonstrar coisas que são diversas. Mas o *quod quid* de homem é uma coisa, e seu ser ou existência é outra — pois é apenas no Primeiro Princípio do ser, que é ser essencialmente, que o *ser* e a quididade são um e o mesmo; em todas as outras

coisas, que são seres por participação, o *ser* tem que ser diferente da quiddidade. Portanto, não é possível demonstrar tanto o *quid* quanto o *quia* com a mesma demonstração.

Então (92b11), ele apresenta a segunda razão, e é esta: Segundo uma opinião comum dos sábios, é necessário que tudo, isto é, o todo demonstrado por uma demonstração, seja o *quia est*, a menos que por acaso alguém queira dizer que o próprio *quia est* é a substância de uma coisa. No entanto, isso é impossível. Pois o *ser* não é a substância ou essência de nada existente em um gênero; caso contrário, seria necessário que o *ser* fosse um gênero, porque um gênero é algo predicado em *quod quia*. Mas, como é provado na *Metafísica* III, o *ser* não é um gênero. Por essa razão, Deus, que é Sua própria essência, não está em um gênero.

Além disso, se o *quia est* fosse a substância de qualquer coisa, então, no mesmo momento em que alguém mostrasse o *quia est*, estaria mostrando o *quid est*; conseqüentemente, o todo que um demonstrador manifesta não seria o *quia est*. Mas isso é falso. Portanto, é claro que a demonstração manifesta apenas o *quia est*, pois demonstra alguma enunciação que significa que algo é ou não é.

Isso também é aparente na maneira como uma ciência procede. Pois a geometria assume o que o nome triângulo significa e demonstra *quod sit*, como quando demonstra que um triângulo equilátero foi formado sobre uma linha reta dada. Portanto, se alguém demonstrasse meramente o *que* é um triângulo, à parte do método de demonstrar que as ciências empregam, não estaria demonstrando este todo, que é que um triângulo existe, mas apenas o que chamo de triângulo. Pois, assim como, devido ao fato de que o *ser* não é a substância de uma coisa, aquele que demonstra o *ser* demonstra isso e nada mais, assim também, se alguém demonstra o *quid est*, isso é tudo o que demonstra. Seguir-se-ia, portanto, que alguém que conhecesse o *quid est* em virtude de uma definição não conheceria *an est* — o que é impossível à vista do que foi estabelecido acima.

Então (92b18) ele apresenta a terceira razão. Esta razão usa definições comuns como exemplos para manifestar o mesmo fato que foi concluído na razão anterior, a saber, que aquele que demonstra o *quid est* não está demonstrando o *quia est*. Por isso ele diz que é claro não apenas à luz do que foi dito anteriormente, mas também considerando os modos dos termos, i.e., das definições, que estão atualmente em voga, que aqueles que definem não manifestam o *quia est*. Por exemplo, aquele que define um círculo como algo cujas linhas do centro à circunferência são iguais ainda fica com a questão do *porquê* deve existir tal coisa como ele definiu, i.e., por que é necessário supor que existe tal coisa como foi definida; por exemplo, por que é necessário supor que existe um círculo que é definido da maneira mencionada. Pois é aceitável dar uma descrição semelhante de uma montanha de bronze dizendo, por exemplo, que é um corpo de bronze que é alto e extenso; mas a tarefa ainda permaneceria de estabelecer se tal coisa existe na natureza. E isso porque os termos, i.e., as noções definidoras, não afirmam que sua contraparte existe ou é capaz de existir; antes, sempre que tal noção é formulada, é legítimo perguntar por que tal coisa deveria existir. Claramente, então, é impossível demonstrar *quid est* e *quia est* simultaneamente.

Então (92b26), levando a algo absurdo, ele mostra que o *quod quid* não pode ser mostrado por demonstração. Primeiro, portanto, ele mostra o que decorreria disso. Em segundo lugar, ele mostra que o que decorre é inaceitável (92b28).

Ele diz, portanto (92b26), que, uma vez que um definidor poderia mostrar ou o *quid est* ou meramente o que um nome significa, segue-se que uma definição não manifesta necessariamente o *quod quid*, que pertence à definição no sentido próprio; caso contrário, seguir-se-á que uma definição que significa *quod quid* nada mais é do que uma afirmação que significa da mesma maneira que um nome: pois a única coisa que uma definição acrescenta a tal noção é que ela significa a essência de alguma coisa. Portanto, se não há coisa cuja essência a definição significa, ela não será diferente de uma afirmação que explica a significação de algum nome.

Então (92b28) ele mostra que é inaceitável que uma definição seja nada mais do que uma afirmação que explica a significação de um nome: e isso por três razões. A primeira delas é que acontece que até mesmo coisas que não são substâncias nem seres em um sentido universal podem ser significadas por um nome. Ora, um nome pode ser explicado por alguma interpretação. Consequentemente, se uma definição fosse nada mais do que uma afirmação que interpreta um nome, seguir-se-ia que uma definição poderia ser dada de não-substâncias e de coisas que não existem de modo algum. Mas isso é claramente falso, pois, como é mostrado na *Metafísica* VII, a definição recai principalmente sobre a substância e sobre outras coisas na medida em que estão relacionadas à substância.

Então (92b30) ele dá a segunda razão, e é esta: A qualquer noção, i.e., a qualquer afirmação que significa algo, é possível aplicar um nome correspondente que é explicado por essa noção. Portanto, se uma definição não é nada mais do que uma noção que explica um nome, seguir-se-ia que todas as noções seriam definições. Como consequência, seguir-se-ia que, quando disputamos ou conversamos com alguém, as disputas ou nossas discussões seriam definições; da mesma forma, seguir-se-ia que a *Ilíada*, i.e., o poema de Homero sobre a Guerra de Troia, é uma definição.

Então (92b32) ele dá a terceira razão, e é esta: Nenhuma ciência demonstra que um dado nome significa uma dada coisa. Pois os nomes são sinais arbitrários; portanto, devem ser usados de acordo com a vontade daquele que os inventa. Mas é óbvio que definições são dadas em toda ciência. Portanto, é óbvio que definições não significam isso, i.e., uma mera interpretação de um nome.

Então (92b35) ele resume o que foi discutido até agora de forma disputativa. E ele diz que, a partir do que foi dito, vê-se seguir-se que definição e silogismo não são a mesma coisa nem concernem à mesma coisa; e, além disso, que uma definição não demonstra nada, uma vez que não concerne à mesma coisa que uma demonstração. Da mesma forma, parece ter sido mostrado que não é possível conhecer o *quod quid* nem por uma definição nem por uma demonstração, porque uma definição meramente mostra o *qué* e uma demonstração o *quia*. Mas para conhecer o *quod quid* é necessário um conhecimento do *quia est*, como foi mostrado.